

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,  
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS S.A.**

CELEBRADO ENTRE

**OAS S.A.**

COMO EMISSORA

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO,

E

**CONSTRUTORA OAS S.A.**

COMO FIADORA

\_\_\_\_\_  
DATADO DE

1º DE MARÇO DE 2013  
\_\_\_\_\_

1  
F 213

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA

OAS S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

**OAS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 904, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.811.848/0001-05, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definida baixo) e representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como fiadora:

**CONSTRUTORA OAS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.310.577/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Fiadora");

(a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora são referidos conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte")

QUE resolvem, em regular forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão em observância às seguintes cláusulas e condições:

## 1. DEFINIÇÕES

- 1.1 Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se Documentos da Oferta Restrita esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), a AGE Oferta (conforme definida abaixo) e demais documentos, inclusive aqueles relacionados ao registro da Oferta Restrita (conforme definida abaixo) junto à CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), emitidos no âmbito da Oferta Restrita ("Documentos da Oferta Restrita").
- 1.2 Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, considera-se como "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional ("Dia Útil").

## 2. AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

- 2.1 A celebração da presente Escritura de Emissão, bem como a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita, foram autorizadas por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em [●] de fevereiro de 2013 ("AGE Oferta"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").
- 2.1.1 Por meio da AGE Oferta, a diretoria da Emissora também foi autorizada a (i) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição pública das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); e (ii) praticar todo e qualquer ato necessário à efetivação da Oferta Restrita e à emissão das Debêntures.
- 2.2 De acordo com o parágrafo terceiro do artigo 10 do Estatuto Social da Fiadora, a diretoria está autorizada a representar a Fiadora para fins de constituição da garantia fidejussória, sem a necessidade de deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária da Fiadora.

## 3. REQUISITOS

- 3.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). A Oferta Restrita atenderá aos seguintes requisitos:
- I. **Registro na CVM.** Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.
- II. **Registro na ANBIMA.** A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do

"Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

- III. **Registro na JUCESP e Publicação.** A ata da AGE Oferta será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), nos termos da legislação em vigor, e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio ("Jornais de Divulgação da Emissora").
- IV. **Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCESP e Registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.** A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e, em virtude da Garantia Fidejussória (conforme definido abaixo) prestada pela Fiadora nos termos do item 5.24 abaixo, em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, da Fiadora e do Agente Fiduciário, quais sejam, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora deverá disponibilizar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão registrada na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro que deverá ocorrer, no mínimo, 1 (um) Dia Útil antes da primeira Data de Integralização ("Data da Primeira Integralização"). Da mesma forma, os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão serão arquivados na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e a Emissora declara, reconhece e concorda que tais aditamentos registrados deverão ser enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.
- V. **Registro para Distribuição e Negociação.** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Não obstante o disposto na alínea "(b)" deste inciso V do item 3.1, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e após decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, condicionado ao cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA

- 4.1 **Objeto Social da Emissora.** De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a: (i) exploração da atividade de engenharia civil e da indústria de construção civil e pesada, inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras; (ii) importação e exportação em geral; (iii) compra e venda de materiais, máquinas e equipamentos; (iv) compra e venda de imóveis sem corretagem; (v) locação de bens móveis; (vi) aproveitamento e exploração de jazidas minerais; (vii) serviços de dragagem e transporte/navegação marítima, fluvial e lacustre; (viii) manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; e (ix) realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação dos serviços de tecnologia industrial básica, assistência técnica e transferência de tecnologia, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de Produto Estratégico de Defesa no País, consoante definição da Lei n.º 12.598/12, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades industriais supracitadas; e (x) participação como sócia ou acionista de outras sociedades no Brasil e no Exterior de qualquer ramo, podendo, inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e abrir novos estabelecimentos, sucursais e filiais em qualquer localidade do Território Nacional e no Exterior.
- 4.2 **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão das Debêntures é de até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").
- 4.3 **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas até 15.000 (quinze mil) Debêntures.
- 4.4 **Séries.** A Emissão será realizada em série única.
- 4.5 **Destinação de Recursos.** Os recursos obtidos por meio da Emissão (conforme definida abaixo) serão destinados ao refinanciamento de dívidas da Emissora e/ou da Fiadora e, o que sobejar, para fins de reforço de capital de giro da Emissora e/ou Fiadora.
- 4.6 **Número da Emissão.** Esta Escritura de Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão"), sendo, no entanto, a sua 5ª (quinta) emissão para distribuição pública.
- 4.7 **Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário.** O banco liquidante de emissão e escriturador mandatário da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante de Emissão" e "Escriturador Mandatário", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante de Emissão e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de Banco Liquidante de Emissão e de Escriturador Mandatário previstos na Escritura de Emissão).
- 4.8 **Imunidade de Debenturistas.** Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## 5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 5.1 **Colocação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, de acordo com os procedimentos descritos na Instrução CVM 476, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação do Coordenador Líder, que efetuará a distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures a serem ofertadas, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, da OAS S.A.” (“Contrato de Distribuição”), devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação (conforme definido abaixo) e observado o disposto na Cláusula 5.2.2 abaixo.
- 5.2 **Plano de Colocação.** O Coordenador Líder organizará a colocação, com esforços restritos, das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, o qual será fixado mediante atendimento dos seguintes termos (“Plano de Colocação”):
- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
  - II. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados;
  - III. nos termos da Instrução CVM 476, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
  - IV. somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
  - V. as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
  - VI. as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
  - VII. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, assim como as determinações da Emissora, sendo que o Coordenador Líder (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nos incisos IV e V acima; e
  - VIII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

- 5.2.1 **Prazo de Colocação; Colocação Parcial.** O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Debêntures no prazo a ser determinado no Contrato de Distribuição ("Prazo de Colocação").
- 5.2.2 Caso, no contexto da Oferta Restrita, não sejam subscritas ao menos 7.000 (sete mil) Debêntures dentro de Prazo de Colocação, a Oferta Restrita será cancelada pela Emissora, e os valores eventualmente integralizados devolvidos aos respectivos subscritores, sem qualquer acréscimo ou correção monetária.
- 5.2.3 Respeitado o disposto no item 5.2.2, imediatamente após o término do Prazo de Colocação, a Emissora deverá, em conjunto com o Agente Fiduciário, aditar a presente Escritura de Emissão, para ratificar o valor final da Oferta Restrita e a quantidade final de Debêntures efetivamente emitidas e colocadas, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) ou em reunião de diretoria da Emissora.
- 5.3 **Subscrição.** No ato da subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado interessado na subscrição das Debêntures deverá entregar ao Coordenador Líder declaração devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis ao Coordenador Líder, afirmando estar ciente e concordar, especialmente, mas não limitadamente, que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.
- 5.4 **Data de Emissão das Debêntures.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 8 de março de 2013 ("Data de Emissão").
- 5.5 **Valor Nominal Unitário das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), respeitado o disposto no inciso VI do item 5.2 acima.
- 5.6 **Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 5.7 **Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.8 **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografia e contarão com garantia fidejussória adicional prestada pela Fiadora, nos termos do item 5.24 abaixo.
- 5.9 **Preço de Subscrição e Forma de Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) incorrida desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Data de Integralização"), calculada *pro rata temporis*, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, por meio do MDA, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.
- 5.10 **Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 8 de março de 2014 ("Data de Vencimento").

- 5.11 **Amortização do Valor Nominal Unitário.** A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em uma única parcela devida na Data de Vencimento.
- 5.12 **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
- 5.13 **Remuneração** As Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI-Over”), acrescida de sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ou data do vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$ , onde:

$J$  = valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

$VNe$  = Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

, onde:

$k$  = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

$n$  = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

spread = 1,500;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

- 5.13.1 O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 5.13.2 Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 5.13.3 Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 5.13.4 O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- 5.13.5 A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- 5.13.6 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) ("Período de Capitalização").
- 5.13.7 Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.
- 5.13.8 Caso a Taxa DI-Over não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última DI-Over aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da DI-Over disponível.
- 5.13.9 No caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação, de extinção da Taxa DI-Over ou, ainda, no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por proibição legal ou determinação judicial, deverá ser utilizada a taxa substituta legalmente designada para tanto. Não havendo substituto legal para a Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da ausência da apuração e/ou divulgação, extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI-Over, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, para que os Debenturistas deliberem, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta CVM/BACEN n.º 13, de 14 de março de 2003 e demais regras aplicáveis, sobre (i) o novo parâmetro de

remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"); e, caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva, (ii) a definição do novo cronograma de amortização das Debêntures em Circulação, que não excederá a Data de Vencimento ("Novo Cronograma de Amortização"). Até a conclusão da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada nesta Cláusula será utilizada, para fins de cálculo do Fator DI, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação de referida Assembleia Geral de Debenturistas.

- 5.13.10 Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.13.9 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) deixará de ser realizada, mediante comunicação nesse sentido do Agente Fiduciário aos Debenturistas, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos deste item, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Nesta hipótese, não haverá alteração da data de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.
- 5.13.11 Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.13.9 acima, ou, se instalada, caso não haja aprovação da Taxa Substitutiva ou do Novo Cronograma de Amortização, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração incorrida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*.
- 5.14 **Pagamento da Remuneração.** A Remuneração será paga uma única parcela, a qual será devida na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"), ou, ainda, na data do eventual vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido no item 5.18 abaixo), nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão.
- 5.15 **Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
- 5.16 **Aditamento à Presente Escritura de Emissão.** Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário, após autorização dos Debenturistas se aplicável, observado o quanto disposto no item 5.2.3 acima, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, respeitado o disposto no inciso IV do item 3.1 acima.
- 5.17 **Resgate Antecipado.** As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado.
- 5.18 **Vencimento Antecipado.** Observado o disposto nos itens 5.18.1 a 5.18.4, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso (i) abaixo, dos Encargos Moratórios (conforme definido

no item 5.19 abaixo)), na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- I. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, nas respectivas datas de vencimento;
- II. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 (sete) Dias Úteis da notificação à Emissora da ocorrência do descumprimento;
- III. ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil brasileiro;
- IV. anulação, nulidade, inexistência ou questionamento, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelos seus acionistas acerca da presente Escritura de Emissão e/ou da Garantia Fidejussória objeto do item 5.24 abaixo;
- V. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora;
- VI. apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora, pedido de falência, desde que não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- VII. se a Emissora e/ou a Fiadora propuserem plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou a Fiadora ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- VIII. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. ocorrência de eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional, legal e/ou financeira da Emissora e/ou da Fiadora de cumprir com obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão;
- X. inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura estabelecido no contrato inadimplido, de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- XI. declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;

- XII. protesto de títulos contra a Emissora e/ou a Fiadora, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do referido protesto, (a) for validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora que o respectivo protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto for cancelado ou sustado; ou (c) tiver sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- XIII. não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais ou decisões judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora, incluindo execuções fiscais, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- XIV. realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações ou quotas, conforme aplicável, da Emissora ou da Fiadora, ou, ainda, reembolso de ações ou quotas, conforme aplicável, de acionistas da Emissora ou da Fiadora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora ou da Fiadora disponível quando da ocorrência evento, conforme aplicável), exceto para absorção de prejuízos contábeis constantes das demonstrações financeiras da Emissora ou da Fiadora e/ou em razão de alterações nas práticas contábeis brasileiras;
- XV. autuações por órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, à Emissora e/ou à Fiadora, conforme o caso, de valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) exceto se no prazo de até 15 (quinze) dias contatos das respectivas autuações ou no prazo de resposta determinado no âmbito das autuações, o que for maior: (a) as autuações forem contestadas; (b) a Emissora e/ou a Fiadora, conforme o caso, validamente comprovarem que as autuações foram efetuadas por erro ou má-fé; ou (c) as autuações forem canceladas ou pagas pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso;
- XVI. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar substancialmente ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas;
- XVII. mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora e/ou da Fiadora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais acionistas (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Emissora ou da Fiadora; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o controle societário efetivo da Emissora ou da Fiadora, nos termos da regulamentação em vigor;
- XVIII. cisão, fusão, incorporação da Emissora e/ou da Fiadora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, observado o *quorum* de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão, exceto (i) incorporação pela Emissora e/ou pela Fiadora de quaisquer de suas subsidiárias (desde que o objeto de tais subsidiárias limite-se à prática de atividades regulares da Emissora e/ou da

Fiadora, conforme o caso); e (ii) cisão da Emissora e/ou da Fiadora, desde que não importe em redução do patrimônio líquido da sociedade cindida em percentual superior a 20% (vinte por cento), individualmente ou em uma série de transações, respeitadas as disposições do artigo 231 e seu parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações;

- XIX. quaisquer declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita sejam comprovadamente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- XX. se as obrigações de pagar da Emissora, previstas nesta Escritura de Emissão, deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- XXI. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- XXII. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- XXIII. descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 4.5 acima;
- XXIV. no caso de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão ou de quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita, não sanada(s) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de ciência da invalidade, nulidade ou inexecutabilidade;
- XXV. a existência, validade ou executabilidade de quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita seja objeto de questionamento judicial pela Emissora e/ou pela Fiadora, perante juízo brasileiro ou internacional;
- XXVI. rebaixamento da classificação de risco (*rating*) inicialmente atribuída à Emissão pela Standard & Poor's a nível inferior a BBB- (escala nacional de longo prazo), ou classificação equivalente atribuída pela Fitch Ratings Brasil Ltda. ou Moody's Investors Service;
- XXVII. não observância, pela Emissora, da relação entre Dívida Líquida e Ativo Total menor ou igual a 60% (sessenta por cento), calculada ao final de cada exercício social, incluindo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora; ou
- XXVIII. não observância pela Fiadora, da relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 (três) vezes, calculada ao final de cada exercício social, incluindo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, com base nas informações financeiras consolidadas da Fiadora.

Para os fins das alíneas XXVII e XXVIII acima, considera-se como:

“Dívida Líquida”: A somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não circulante, com base em valores extraídos da demonstração financeira consolidada anual, auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

“EBITDA”: O lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Fiadora, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis; e

“Ativo Total”: O ativo total apurado no balanço patrimonial, reportado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

- 5.18.1 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.
- 5.18.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas I, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI, XIII, XIV, XVII, XVIII, XXI, XXIII, XXIV e XXV acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Nesse caso o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento dos valores então devidos.
- 5.18.3 Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 5.18 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, que dependerá do voto de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 5.18.4 A não instalação das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas por falta de quórum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

- 5.18.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios, sendo certo que todas as Debêntures serão pagas em uma única data.
- 5.18.6 Uma vez declaradas antecipadamente vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá imediatamente comunicar o fato (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário.
- 5.19 **Multa e Juros Moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pela Fiadora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").
- 5.20 **Atraso no Recebimento dos Pagamentos.** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.
- 5.21 **Local de Pagamento.** Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora.
- 5.22 **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 5.23 **Publicidade.** Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora. A publicação do referido "Aviso aos Debenturistas" poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

- 5.24 **Garantia Fidejussória.** Como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, incluindo, mas não se limitando, ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos Encargos Moratórios, custos e despesas incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, assumidas nesta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita ("Obrigações Garantidas"), a Fiadora, de forma irrevogável e irretroatável, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, comparecendo a esta Escritura de Emissão obrigando-se, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil brasileiro, como fiadora e principal pagadora, em caráter solidário, pelo pagamento das Obrigações Garantidas, observados os termos descritos a seguir ("Garantia Fidejussória").
- 5.24.1 A Fiadora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, fiadora e principal pagadora, em caráter solidário, pela totalidade das Obrigações Garantidas, inclusive, mas não limitados, aos valores devidos ao Agente Fiduciário.
- 5.24.2 Os valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, às Obrigações Garantidas, serão devidos e deverão ser pagos pela Fiadora nas respectivas datas de pagamento e/ou imediatamente após a declaração do vencimento antecipado, cabendo ao Agente Fiduciário enviar comunicação à Fiadora sobre a falta de pagamento, ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e/ou declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão. O pagamento será realizado pela Fiadora no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado a partir do recebimento de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando-a sobre a falta de pagamento ou declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos devidos no âmbito da Garantia Fidejussória serão realizados pela Fiadora junto ao Banco Liquidante de Emissão, fora do ambiente da CETIP.
- 5.24.3 A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil brasileiro e artigo 77 e 595, da Lei n.º 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil brasileiro").
- 5.24.4 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar a Garantia Fidejussória objeto deste item 5.24, na forma da legislação aplicável, observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil brasileiro, sendo certo que os créditos objeto da sub-rogação serão considerados subordinados para todos os efeitos, inclusive para os fins do artigo 83, inciso (vii), alínea "a" da Lei n.º 11.101/05, conforme alterada.
- 5.24.5 A presente Garantia Fidejussória entrará em vigor na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil brasileiro, a data do pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão.



- 5.24.6 A presente Garantia Fidejussória poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão.
- 5.24.7 Até a liquidação integral das Debêntures, a Fiadora se compromete a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora o pagamento de qualquer valor pago pela Fiadora em decorrência da garantia solidária aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título. Caso a Fiadora receba qualquer pagamento da Emissora antes da liquidação integral das Debêntures, em decorrência da obrigação solidária prestada nesta Escritura de Emissão, a Fiadora receberá tais valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de comunicação, notificação ou outra formalidade, utilizar imediatamente os referidos valores para realizar os pagamentos devidos em decorrência da presente Escritura de Emissão, de acordo com os procedimentos aqui previstos para pagamento fora do âmbito da CETIP, de acordo com instruções recebidas pelo Agente Fiduciário.
- 5.24.8 A Garantia Fidejussória prestada nos termos deste item 5.24 vincula a Fiadora, bem como seus sucessores a qualquer título, devendo seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a Garantia Fidejussória prestada nos termos desta Escritura de Emissão. Nesta hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados do(s) sucessor(es) da Fiadora.
- 5.24.9 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 5.24.10 Todos os pagamentos não deverão ser objeto de eventual compensação pela Fiadora e deverão ser realizados pelo valor indicado pelo Agente Fiduciário, sem dedução de quaisquer retenções de tributos, taxas ou contribuições de qualquer natureza incidentes ou que venham a incidir sobre o pagamento de qualquer valor devido sob esta Garantia Fidejussória.
- 5.24.11 A Garantia Fidejussória é prestada no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas venham a receber.
- 5.24.12 A Garantia Fidejussória permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais Documentos da Oferta Restrita ou ainda caso a Fiadora deixe de ser controlada de Emissora.
- 5.24.13 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, dos prazos para execução da Garantia Fidejussória constituída em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 5.25 **Classificação de Risco.** As Debêntures serão avaliadas, até a Data da Primeira Integralização, por uma das seguintes agências internacionais de classificação de risco: Standard and Poor's, Fitch Ratings ou Moody's Investors Service, contratada pela Emissora para ser responsável pela avaliação e monitoramento de risco das Debêntures.

**6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA**

6.1 A Emissora e a Fiadora, conforme aplicável estão adicionalmente obrigadas a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social (incluindo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012), ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópias das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora referentes a tal exercício social, auditadas por pessoa autorizada pela CVM para a prestação de serviços de auditoria independente ("Auditor Independente"), de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM, acompanhadas da memória de cálculo dos índices financeiros objeto das alíneas XXVII do item 5.18 acima, devidamente auditados pelo Auditor Independente contratado pela Emissora, atestando sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar esclarecimentos adicionais à Emissora e/ou ao seu Auditor Independente, e (ii) declaração de representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento integral, pela Emissora e pela Fiadora, de suas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão;
- (b) dentro de, no máximo, 100 (cem) dias após o término de cada exercício social (incluindo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012), ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópias das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora referentes a tal exercício social, auditadas por Auditor Independente, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM, acompanhadas da memória de cálculo dos índices financeiros objeto da alínea XXVIII do item 5.18 acima, devidamente auditados pelo Auditor Independente contratado pela Fiadora, atestando sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar esclarecimentos adicionais à Fiadora e/ou a seus respectivos Auditores Independentes, e (ii) declaração de representante legal da Fiadora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento integral, pela Fiadora, de suas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão;
- (c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 5.23 acima;

- (e) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (f) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pela Fiadora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou da Fiadora;
  - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora e a Fiadora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
  - (h) vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em até 5 (cinco) dias contados a partir da respectiva data de arquivamento.
- II. convocar, nos termos da Cláusula 8 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - III. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
  - IV. notificar o Agente Fiduciário, na mesma data, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou da Fiadora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e da Garantia Fidejussória; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras preparadas pela Emissora e/ou pela Fiadora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora e/ou da Fiadora, respectivamente;
  - V. comunicar, ao Agente Fiduciário, na mesma data, sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
  - VI. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
  - VII. comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;

- VIII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, pela Emissora;
- IX. enviar à CETIP, (i) na data da primeira publicação de convocação de cada Assembleia Geral de Debenturistas, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à deliberação dos Debenturistas em tal Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) no dia em que se realizar cada Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de tal Assembleia Geral de Debenturistas, cópia da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas;
- X. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- XI. salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os seus aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- XII. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- XIII. manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante de Emissão, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, o Auditor Independente, a agência de classificação de risco e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21;
- XIV. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário, i.e., o CETIP 21, durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- XV. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XVI. manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, exceto com relação (i) àqueles que estejam sendo questionados de boa fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, ou (ii) cuja não realização não possa afetar de maneira relevante a situação financeira da Emissora e/ou que a capacidade de a Emissora cumprir com suas obrigações no âmbito desta Escritura de Emissão;
- XVII. arcar, de forma exclusiva, com todos os custos e despesas relacionados: (i) à Oferta Restrita, incluindo as publicações nos Jornais de Divulgação da Emissora, custos de registro desta Escritura de Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, custos e despesas dos prestadores de serviços

- no âmbito da Oferta Restrita, incluindo os assessores legais, o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante de Emissão e o Escriturador Mandatário; (ii) ao registro e liquidação das Debêntures na CETIP; e (iv) a todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e seu registro para negociação no mercado secundário;
- XVIII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIX. manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
- XX. contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a agência de classificação de risco que, conforme o caso, mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de avaliação de risco (*rating*) das Debêntures, bem como assegurar que sejam entregues ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua divulgação e em data anterior à Data da Primeira Integralização, comunicando-o imediatamente sobre intenção de revisão da classificação de risco e/ou efetiva alteração da classificação de risco das Debêntures. Caso a agência de classificação de risco contratada para fins da Emissão cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco (*rating*), a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário que convocará Assembleia Geral de Debenturistas para que esta defina a nova agência de classificação de risco das Debêntures, a qual deverá ser uma das agências indicadas nesta Escritura de Emissão;
- XXI. fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- XXII. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XXIII. efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, à JUCESP e aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro;
- XXIV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor as autorizações e registros descritos nos incisos III, IV e V do item 3.1 acima, na forma e prazos neles descritos, os quais são necessários e indispensáveis ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

- XXV. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, inciso II da Instrução n.º CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- XXVI. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, observado o disposto no artigo 12 da Instrução CVM 476;
- XXVII. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;
- XXVIII. na qualidade de ofertante, prestar, no âmbito da Oferta Restrita, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas; e
- XXIX. cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas a auditoria, por Auditor Independente;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer do Auditor Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados na alínea "(c)" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou CETIP.

- 6.2 Caberá à Emissora o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação:

- I. publicação de relatórios, inclusive o relatório de *rating* elaborado pela agência classificação de risco contratada no âmbito da Oferta Restrita, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável, se for o caso;
- II. extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- III. despesas cartorárias e postais necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- IV. despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- V. despesas de viagem, alimentação e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser razoáveis e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e
- VI. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

## 7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 **Nomeação do Agente Fiduciário.** A Emissora nomeia e constitui a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, conforme qualificada no Preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

7.2 **Declarações do Agente Fiduciário.** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- V. não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- VI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- VII. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VIII. está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- IX. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nos documentos que foram disponibilizados pela Emissora;
- X. é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- XII. de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido consolidado da Fiadora na referida data era de R\$1,227 bilhão, representando, no mínimo, 818% (oitocentos e dezoito por cento) do Valor Total da Emissão na Data de Emissão; e
- XIII. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, a Garantia Fidejussória prestada pela Fiadora nos termos do item 5.24 acima encontra-se devidamente constituída; e
- XIV. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da OAS Empreendimentos S.A. ("2ª Emissão da OAS Empreendimentos"), com vencimento em 15 de julho de 2014, em que foram emitidas 6.000 (seis mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da OAS Empreendimentos são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; e (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 25 de junho de 2013, em que foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia



fidejussória da Fiadora (anteriormente denominada Construtora OAS Ltda.), conforme previsto na escritura de emissão.

- 7.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 7.4 **Remuneração do Agente Fiduciário.** Em contraprestação aos serviços prestados pelo Agente Fiduciário em conformidade com a legislação e regulamentação a ele aplicáveis e nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora pagará ao Agente Fiduciário parcelas anuais de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para o desempenho ordinário dos serviços de Agente Fiduciário aqui previstos, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes (se aplicável). Serão devidas parcelas anuais até o pagamento integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento. Caso as Debêntures sejam quitadas na Data de Vencimento, não será devida ao Agente Fiduciário outra parcela anual além daquela pagável 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão.
- 7.4.1 As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).
- 7.4.2 As parcelas mencionadas no item 7.4.1 acima serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 7.4.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 7.4.4 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 7.4.5 As remunerações não incluem as despesas com *conference calls*, contatos telefônicos viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditora na garantia concedida e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias previstas

nesta Escritura. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

- 7.4.6 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de despesa. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia os Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.
- 7.4.7 Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alteração relevante nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.
- 7.5 **Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
  - II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - III. conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - V. promover, às expensas da Emissora, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
  - VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar a regularidade da constituição da Garantia Fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- X. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos Jornais de Publicação da Emissora, às expensas da mesma;
- XI. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, incluindo o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, conforme disposto no inciso XVIII, artigo 12, da Instrução CVM 28 e no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações:
  - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (f) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração;
  - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (h) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Garantia Fidejussória constituída no âmbito das Debêntures;
  - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia emissora; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
  - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIV. divulgar as informações referidas na alínea XIII(i) do item 7.5 acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea XIII acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na CETIP e na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador Líder;
- XVI. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- XIX. notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos Jornais de Divulgação da Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em

que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- XX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XXI. acompanhar o cumprimento, pela Emissora e pela Fiadora, dos índices financeiros objeto das alíneas XXVII e XXVIII do item 5.18 acima; e
- XXII. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, o qual será calculado pela Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições da presente Escritura de Emissão:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário de cada um das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, Encargos Moratórios e demais acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- II. requerer a falência da Emissora;
- III. tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- IV. representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

7.7 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas I a III acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea IV, bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

7.8 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

- 7.9 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.
- 7.10 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 7.11 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28.
- 7.12 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão.
- 7.13 O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 7.14 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 5.23 acima.
- 7.15 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 7.16 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se nesse caso, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 7.17 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 7.18 Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

**8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

- 8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 8.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 8.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 8.4 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- 8.5 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 8.6 A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 8.7 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em Circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada.
- 8.8 Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 8.9 As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures ou à Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Vencimento, (ii) datas ou percentuais de amortização das Debêntures, ou (iii) aos termos e condições da Garantia Fidejussória prevista no item 5.24 acima, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, bem como pela Emissora.
- 8.10 Qualquer alteração (i) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (ii) nos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, descritas no item 5.18 acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, bem como pela Emissora.
- 8.11 Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria nesta Escritura de Emissão.
- 8.12 Para os fins da presente Escritura de Emissão, incluindo para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a

Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus acionistas controladores ou de qualquer de suas subsidiárias ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.

- 8.13 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.
- 8.14 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### 9. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1 A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, conforme aplicável, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil brasileiro;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos demais Documentos da Oferta Restrita e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;



- (g) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (h) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; (ii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações relevantes de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; (iii) está cumprindo com todas as disposições contratuais relevantes a que está sujeita; e (iv) declara que não tem conhecimento da existência de qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou os demais Documentos da Oferta Restrita, ou, ainda, que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (i) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para assegurar a exequibilidade das obrigações da Emissora e da Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita, exceto (i) pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a Data da Primeira Integralização; e (ii) pelo registro da presente Escritura de Emissão na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro; e
- (j) as demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) não realizará outra oferta pública de valores mobiliários da mesma espécie que as Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 4.5 acima;
- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

- (n) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
  - (o) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.
- 9.2 A Fiadora, neste ato, declara e garante que:
- (a) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
  - (b) a celebração da Escritura de Emissão, a prestação da Garantia Fidejussória descrita no item 5.24 acima, e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Fiadora seja parte, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já existentes nesta data, bem como aqueles derivados desta Emissão; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
  - (c) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto (i) pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a Data da Primeira Integralização; (ii) pelo registro da presente Escritura de Emissão na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro; e
  - (d) as obrigações assumidas pela Fiadora por meio da presente Escritura de Emissão constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil brasileiro.
- 9.3 A Emissora e a Fiadora, conforme o caso, comprometem-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.
- 9.4 A Emissora e a Fiadora obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 9 acima.

## 10. NOTIFICAÇÕES

- 10.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. se para a Emissora e/ou a Fiadora:

OAS S.A.  
Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720  
CEP 01228-200 - São Paulo, SP  
At. Sr. Diego Barreto  
Telefone: (11) 2124-1305  
Fac-símile: (11) 2124-1293  
E-mail: [diego.barreto@oas.com](mailto:diego.barreto@oas.com)

II. se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514 – Barra da Tijuca  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio  
Ferreira (Backoffice Financeiro)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
E-mail: [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br) / [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

III. se para o Banco Liquidante de Emissão:

BANCO BRADESCO S.A.  
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar  
CEP 06029-900 Vila Yara - Osasco – SP  
At.: Marcelo Ronaldo Poli  
Tel.: (011) 3684-7654  
Fax: (011) 3684-5645  
E-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

IV. se para o Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.  
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar  
CEP 06029-900 Vila Yara - Osasco – SP  
At.: Marcelo Ronaldo Poli  
Tel.: (011) 3684-7654  
Fax: (011) 3684-5645  
E-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

V. se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
São Paulo – SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

- 10.2 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.
- 10.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.
- 10.4 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item acima serão arcados pela parte inadimplente.
- 10.5 Os avisos, comunicações ou notificações enviados nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão considerados plenamente eficazes se entregues às pessoas descritas no item 10.1 acima.

#### 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 11.2 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 11.3 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 11.4 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil brasileiro, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil brasileiro.
- 11.5 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 11.6 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil brasileiro, sendo excluído o dia do começo e

incluído o do vencimento, exceto quando expressamente indicado de outra forma nesta Escritura de Emissão.

- 11.7 Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes. Todos os aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como arquivados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

**12. FORO**

- 12.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes).

São Paulo, 1º de março de 2013.

**[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]**

Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A", celebrado em 1º de março de 2013 - 1/4.

OAS S.A.

  
Nome: **DIEGO CARNEIRO BARRETO**  
Cargo: **LÍDER DE FINANÇAS CORPORATIVAS**  
CPF: 057.140.166-02

  
Nome: **Fábio Mardegan**  
Cargo: **GERENTE DE TESOUREARIA**  
CPF: 066.970.136/05

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 1º SUB. CONSOLIDAÇÃO Bel. Aldegar Fiori  
AV. ANGÉLICA, 2168 - CEP 01228-000 - SÃO PAULO/SP - FONE: (11) 3256-5506 / 3881-5555  
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) DIEGO CARNEIRO BARRETO e (1) FÁBIO MARDEGAN, em documento com valor econômico, Dou fé.  
São Paulo, 05 de março de 2013.  
Em testê \_\_\_\_\_ da verdade.  
Cod. [2022327415595100060813]  
Válido somente com selo de autenticidade - R\$ 13,00

**Fabio Gonçalves Vieira**  
Escrivente Designado



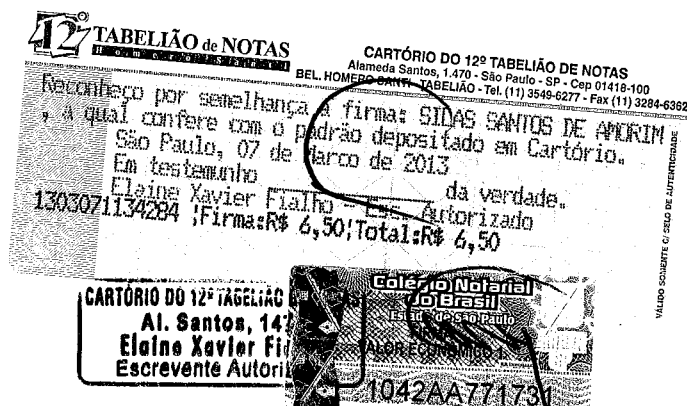
QUE NOTAS  
470  
3110  
188

Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A", celebrado em 1º de março de 2013 - 2/4.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Sidas Santos de Amorim  
Cargo: Procurador



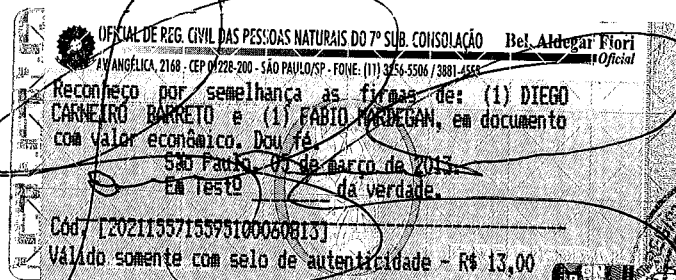
Handwritten signature or initials.

Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A", celebrado em 1º de março de 2013 - 3/4.

CONSTRUTORA OAS S.A.

*Diego Carneiro Barreto*  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

*Fabio Mardegan*  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_



*Fabio Gonçalves Vieira*  
Escritor Designado



3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66  
Praça Padre Manoel da Nóbrega, 20 - Centro - CEP. 01015-010 - São Paulo/SP

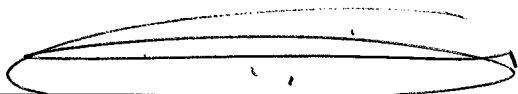
Emol.	R\$ 7.829,02	Protocolado e prenotado sob o n. 8.827.424 em
Estado	R\$ 2.225,10	14/03/2013 e registrado, hoje, em microfilme
Ipsesp	R\$ 1.648,22	sob o n. 8.827.424, em títulos e documentos.
R. Civil	R\$ 412,05	São Paulo, 14 de março de 2013
T. Justiça	R\$ 412,05	
Total	R\$ 12.526,44	
Selos e taxas Recolhidos p/verba		

Bel. José Maria Siviero - Oficial  
Bel. Francisco Roberto Longo - Oficial Substituto

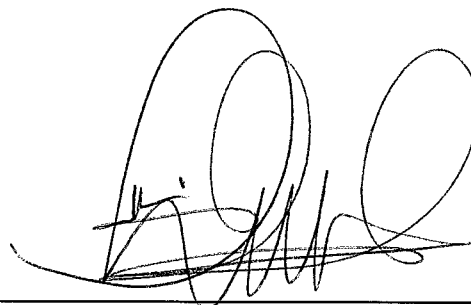


Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A", celebrado em 1ª de março de 2013 – 4/4.

Testemunhas:



Nome: GILTON R. MIRANDA  
Id.: 27.897.167-0 SSP/SP  
CPF/MF: 164.918.578-24



Nome: RENAN LUCAS C. CARDOSO  
Id.: 47.359.733-0 SSP/SP  
CPF/MF: 376 924,098-70

fs 263